

TEMA: A Importância da família no início de escolarização da criança com surdez.

SILVA, Karolyne Soraya Pereira*1

SOUZA, Lucas Vinícius de Carvalho*2

ARAÚJO, Márcia Teixeira*3

SANTANA, Maria Lúcia Guimarães*4

RESUMO

Ao considerar a trajetória histórica social da comunidade surda, caracterizada por dificuldade e preconceito surge uma grande preocupação com a escolarização do surdo e, conseqüentemente, com o ensino e aprendizado da leitura e da literatura.

Nesse sentido, o presente trabalho propõe discutir questões sobre a importância da família e da própria instituição escolar para a formação de crianças surdas leitoras no contexto educacional.

Palavras – chave: Relação família escola processo aprendizagem.

Introdução

O processo histórico da educação do aluno surdo foi marcado por grandes entraves, desafios, sofrimentos nos quais esse indivíduo teve que superar com muito esforço e persistência.

No princípio, eram praticados modelos ouvintistas, com imposições e exercícios repetitivos e cansativos como é o caso do oralismo o qual não considerava a identidade do sujeito surdo, forçando-o a aprender uma linguagem que pertence a outro grupo de pessoas, os ouvintes. O oralismo ainda é uma prática que perdura nos dias atuais, porém com uma diferença, porque atualmente o aluno surdo pode escolher se quer aprender ou não.

Nesse sentido, a família não tinha conhecimento do que era melhor para seu filho, apenas buscava ajuda de médicos, professores especializados para diminuir as dificuldades de comunicação dos filhos, por acreditar que esse tipo de ensino fosse o mais adequado. A família não auxiliava os filhos por falta de conhecimento da técnica mais eficiente para garantir essa comunicação entre os filhos surdos e as pessoas ouvintes.

Com o passar dos anos, foram surgindo políticas públicas que pudessem assegurar a inclusão da criança surda nas turmas regulares, onde é considerada a sua própria língua LIBRAS Língua Brasileira de Sinais, sendo reconhecida no Brasil pela Lei 10.436/2002. A Língua Brasileira de Sinais, tal qualquer outra língua, possui estrutura e características específicas que exigem do receptor a atenção, percepção e memória para sua compreensão. A estrutura da Língua Brasileira de Sinais – Libras é constituída de parâmetros primários e secundários como configuração das mãos, ponto de articulação, movimento e disposição das mãos, orientação da palma das mãos, região de contato e expressões faciais.

O surdo é um sujeito linguístico que necessita de todas essas condições de atenção, percepção e memória para se desenvolver cognitivamente. E o ensino da Língua

Brasileira de Sinais, apresenta-se de suma importância nesse processo, bem como a família deve apropriar-se dessa língua para viabilizar a comunicação por meio dela.

Nesse sentido, a educação escolar das pessoas surdas ainda permanece frágil, pois muitos indivíduos surdos só conseguem aprender a LIBRAS na juventude ou na fase adulta devido ao fato da família não ter domínio dessa língua, dificultando assim a aprendizagem dos filhos. Se a família descobre cedo a deficiência e domina a LIBRAS, ela poderá gesticular e ensinar os sinais para o filho deficiente auditivo desde sua infância, proporcionando maiores condições para que o mesmo se desenvolva socialmente. Outro fator essencial na aprendizagem do surdo é o uso do corpo dentro de um sistema linguístico. Por meio desse instrumento cheio de significados, as coisas terão sentido para o sujeito surdo. A própria LIBRAS é expressa através do corpo e isso traz um grande sentido para a pessoa surda.

As leis também regulamentaram a atuação de um novo profissional para auxiliar o processo de inclusão do aluno com surdez que é o intérprete em libras. Esse profissional, além de ser um meio de comunicação dos surdos, tem um papel muito importante de manter contato com a família do aluno surdo, proporcionando-lhe condições para orientação e sensibilização dessas questões que envolvem o aluno surdo para que juntos possam desenvolver a autonomia do aprendiz com surdez.

No entanto, nosso país ainda não possui propostas consistentes para o trabalho com a família dos alunos com surdez e isso torna as coisas mais complicadas, pois a família revela-se de fundamental importância no processo de desenvolvimento da aprendizagem da criança com surdez, sendo essa a base de toda sustentação da vida de uma pessoa.

Diante do exposto, questiona-se: qual a importância da família no início do processo de escolarização da criança com surdez?

A EDUCAÇÃO INCLUSIVA DO ALUNO COM SURDEZ

A educação inclusiva ainda apresenta-se fragilizada, pois é necessária a adequação dos espaços, aquisição de materiais, formação específica para professores e intérpretes, capacitação das famílias para conduzir seus filhos dentre outras questões nas esferas municipais, estaduais e federais.

O processo de inclusão do aluno com surdez na escola de ensino regular teve início a partir de 1989 com a aprovação da lei nº 7.853 na qual tornou obrigatório a todas as escolas da rede pública a aceitarem matrículas de alunos com deficiências, sendo passíveis de punição ao descumprimento da lei.

De acordo ("SKLIAR:1988,P57"). A criança surda precisa estar em um ambiente que lhe proporcione o desenvolvimento natural da linguagem e da língua de sinais para que se torne leitora e passa ler textos literários sem receios.

Para assegurar a inclusão de alunos com deficiência como é o caso do surdo, é preciso pensar e organizar a escola numa esfera global.

A educação inclusiva das pessoas com necessidades educacionais específicas em especial a deficiência auditiva, diz respeito às questões pertinentes aos seus

limites e possibilidades, como também nos preconceitos reproduzidos pela sociedade para com elas.

A escola deve pensar nos problemas que as crianças com surdez enfrentam no dia-a-dia para desenvolver um trabalho que atenda suas necessidades e derrubar as barreiras que a deficiência auditiva provoca.

Muitos alunos com deficiência podem ser prejudicados pela falta de estímulos adequados ao seu potencial cognitivo, sócio-afetivo, linguístico e político cultural, com isso, desencadear um déficit no desenvolvimento da aprendizagem. Nesse sentido, é necessário criar condições para aprendizagem, já que a falta de linguagem **comum** é o que dificulta esse processo. Por isso, é garantido a você, educador, o apoio das salas de Atendimento Educacional Especializado(AEE), onde o plano de ação conjunta entre escola, família, estudantes e parceiros deve buscar estratégias válidas para os casos que se apresentam, partindo da avaliação das condições concretas dos indivíduos. As instituições escolares, ao reproduzirem constantemente o modelo tradicional, não têm demonstrado condições de responder aos desafios da inclusão social e do acolhimento às diferenças nem promover aprendizagens necessárias à vida em sociedade, particularmente nas sociedades complexas do século XXI. Assim, neste século em que o próprio conhecimento e nossa relação com ele mudaram radicalmente, não se justifica que parte expressiva da sociedade continue apegada à representação da escola transmissora de conhecimentos e de valores fixos e inquestionáveis (PRIETO, 2006, p.33).

Para garantir a inclusão do aluno com surdez é imprescindível a contratação de um intérprete, que o professor utilize materiais concretos, bem como de apoio audiovisual, fale de frente do aluno surdo, adote a mesma proposta curricular do ensino regular, com adaptações que possibilitem essa integração.

5.2 A IMPORTÂNCIA DO INTÉRPRETE NO ENSINO DO ALUNO COM SURDEZ

O papel do intérprete em LIBRAS é promover acessibilidade do sujeito surdo em relação a comunicação, garantindo a comunicação entre o aluno surdo, professor e colegas ouvintes. O intérprete em LIBRAS deve compreender sua real função que é auxiliar o processo educacional na área da surdez, no que concerne a facilitar o entendimento do aluno surdo, dar sugestões ao professor regente para que ele utilize em suas aulas recursos que colaboram com a aprendizagem do aluno surdo e demais alunos. Deve manter-se neutro e garantir informações confidenciais, ter ética profissional e acima de tudo compromisso.

“O intérprete especialista para atuar na área da educação deverá ter um perfil para intermediar as relações entre os professores e os alunos, bem como, entre os colegas surdos e colegas ouvintes.” (QUADROS, 2004)

É muito importante que a relação entre o professor regente e intérprete tradutor de LIBRAS seja de cumplicidade, transparência e companheirismo. Para isso, é necessário que o intérprete participe dos momentos de planejamento, apresentando sugestões, esclarecendo dúvidas do professor quanto o processo de aprendizagem do aluno surdo, sendo um elo entre a comunicação dos ouvintes e dos surdos.

O intérprete em LIBRAS tem a função tão importante quanto à do professor regente, porém cada um tem suas características peculiares. O professor regente é

responsável por toda a classe e o intérprete é responsável pela tradução da linguagem oral feita pelo professor em Língua Brasileira de Sinais para o aluno surdo.

A atuação do intérprete tradutor de LIBRAS é fundamental para a inclusão do aluno surdo, pois permite a inserção desse indivíduo nos diversos âmbitos da vida e para que tenha sua identidade respeitada dentro da sociedade.

5.3 O PAPEL DA FAMÍLIA NA VIDA ESCOLAR DO ALUNO SURDO

A família do aluno com surdez deve oferecer todas as condições necessárias para o desenvolvimento do filho surdo, como qualquer outra família faz independentemente se a criança tem surdez ou não, pois é direito de toda criança o cuidado, proteção, lazer e saúde.

Sendo assim, é papel da família, garantir tudo isso e mais um pouco, pois a criança ou adolescente surdo têm suas especificidades e limitações para que a aprendizagem aconteça.

A família é o primeiro grupo social com o qual a pessoa convive e é com os membros que compõem a família que aprende com os exemplos. Se a família demonstra interesse, curiosidade com os estudos da criança surda dará uma valiosa contribuição para o sucesso da aprendizagem de seu filho.

É tarefa dos educadores, seja ele intérprete de LIBRAS ou professor regente envolver a família no processo educativo do aluno surdo, orientando-a, sugerindo de que forma pode colaborar com as atividades de casa. A família também necessita de apoio dos serviços de atendimento às crianças ou adolescentes com surdez, para poder sentir-se segura e encorajada a buscar melhorias para a vida do filho na educação, lazer e saúde. Faz-se necessário que a família construa conhecimentos sobre as necessidades especiais de seus filhos, bem como desenvolva competências de gerenciamento do conjunto dessas necessidades e potencialidades. É importante que os profissionais desenvolvam relações interpessoais saudáveis e respeitadas, garantindo-se assim maior eficiência no alcance de seus objetivos (ARANHA, 2004, p. 7).

A falta de informação dos pais em relação aos recursos, bem como dos meios de acesso a esses recursos, tem levado muitas famílias a uma condição de dependência dos serviços e de profissionais que muitas vezes não são adequados as especificidades que o filho apresenta.

Em suma, a família é um grupo de pessoas que compõem um coletivo e que necessita do envolvimento de todos nas dificuldades, nas vitórias, nas tomadas de decisões e responsabilidades, para auxiliar seu filho surdo e garantir o seu pleno desenvolvimento. Com o apoio e orientação adequados a família tem maior possibilidade de cumprir com seu papel educativo junto a seus filhos.

Referências

ALVEZ, Carla Barbosa. A Educação Especial na Perspectiva da Inclusão Escolar: abordagem bilíngüe na escolarização de pessoas com surdez/ Carla Barbosa Alvez, Josimário de Paula Ferreira, Mirlene Macedo Damázio. – Brasília: Ministério de Educação, Secretaria de Educação Especial; [Fortaleza]: Universidade Federal do Ceará, 2010, v. 4. (Coleção A Educação Especial na Perspectiva da Inclusão Escolar).
Educação Especial/ Nascimento, Luciana Monteiro do – Associação Educacional Leonardo da Vinci (ASSELVI) – Indaial: ED. GRUPO UNIASSELVI, 2008.

Educação Inclusiva: v. 4: a família/ coordenação geral SEESP/MEC; organização Maria Salete Fábio Aranha. – Brasília: Ministério da Educação, Secretaria de Educação Especial, 2004.

Inclusão: Revista da Educação Especial/ Secretaria de Educação Especial. V. 5, Nº1 (jan/jul). Brasília: Secretária de Educação Especial, 2010.

MANTOAN, Maria Tereza Eglér. PRIETO, Rosangela Gaviola, ARRANTES, Valéria Amorim, organizadora. – Inclusão Escolar: Pontos e contrapontos. – São Paulo: Summus, 2006.

QUADROS, R. M.; KARNOPP, L. B. Língua de Sinais Brasileira: estudos lingüísticos. Porto Alegre: Artemed, 2004.